



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PORTARIA Nº 4 , DE 26 DE JANEIRO DE 2017.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o inciso III e o parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Torna público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2016, constante do anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Carmen Lucia Antunes Costa
Ministra **CARMEN LÚCIA**
Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	57.028.803,76	1.267.593,24
Pessoal Ativo	57.028.803,76	1.267.593,24
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.164.418,92	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.164.418,92	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	55.864.384,84	1.267.593,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	722.474.299.000,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	57.131.978,08
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,017000%	122.820.630,83
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) 0,016150%	116.679.599,29
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 0,015300%	110.538.567,75

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e Resolução CNJ 177/2013, Unidade Responsável Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento e Finanças,
Data da emissão 20/01/2016 e hora de emissão 13:00h.

Nota: 1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota: 2 - O limite máximo da despesa com pessoal é estabelecido pelo art. 20, inciso I, alínea "b", da LRF, para o Poder Judiciário Federal. A Resolução CNJ nº 177/2013 distribui o valor máximo de 6% entre os órgãos integrantes do Poder Judiciário Federal. Ao CNJ coube o limite máximo de 0,017%, o limite prudencial de 0,016150% e o limite de alerta de 0,015300%.



Wernne Pereira e Silva
Secretário de Orçamento e Finanças



Salatiel Gomes dos Santos
Secretário de Controle Interno



Amarildo Vieira de Oliveira
Diretor-Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras ²			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	85.539,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.539,00	0,00	0,00
0156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor	60.598,00					60.598,00		
0169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor	24.941,00					24.941,00		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	106.546.789,45	728.385,77	155.007,74	695.045,67	-	104.968.350,27	10.075.915,41	-
0100 - Recursos Ordinários	105.588.002,87	728.385,77	155.007,74	695.045,67		104.009.563,69	10.075.915,41	
0150 - Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	958.786,58					958.786,58		
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS (III) = (I+II)	106.632.328,45	728.385,77	155.007,74	695.045,67	-	105.053.889,27	10.075.915,41	-
0190 - Outras Contas Bancárias - Caução	43.913,65				43.913,65	-		
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS (IV)	43.913,65	-	-	-	43.913,65	-	-	-
TOTAL (V) = (III+IV)	106.676.242,10	728.385,77	155.007,74	695.045,67	43.913,65	105.053.889,27	10.075.915,41	

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹								
---	--	--	--	--	--	--	--	--

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e Resolução CNJ 177/2013, Unidade Responsável Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento e Finanças, Data da emissão 20/01/2016 e hora de emissão 13:00h.

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota² As Demais Obrigações Financeiras referem-se ao somatório de recebimentos de caução em dinheiro.


Wernne Pereira e Silva
Secretário de Orçamento e Finanças


Salatiel Gomes dos Santos
Secretário de Controle Interno


Amarildo Vieira de Oliveira
Diretor-Geral

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

LRF, art. 48 - ANEXO 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	722.474.299.000,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	57.131.978,08	0,007908%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,017000%>	122.820.630,83	0,017000%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,016150%>	116.679.599,29	0,016150%
Limite Alerta (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) - <0,015300%>	110.538.567,75	0,015300%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	10.075.915,41	105.053.889,27

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e Resolução CNJ 177/2013, Unidade Responsável Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento e Finanças, Data da emissão 20/01/2016 e hora de emissão 13:00h.


Werne Pereira e Silva
Secretário de Orçamento e Finanças


Salatiel Gomes dos Santos
Secretário de Controle Interno


Amarildo Vieira de Oliveira
Diretor-Geral